

Ditadura parlamentar

... «Não nos podemos dar ao luxo de ter crises governamentais.» A afirmação é de Cavaco Silva e, sempre somada à apregoada superstição da estabilidade, repete os princípios que Salazar invocava em louvor da continuidade governativa e em excomunhão dos desmandos da democracia.

Recusando-se ao diálogo directo com os adversários, o chefe do PSD, aproxima-se de uma imagem providencialista do Poder: alarma contra as «guerrilhas políticas», *sic*, que advêm da autoridade partilhada dos governos de coligação, fala do «*meu*» partido, o dele, como coisa acessória da sua pessoa e tranquiliza autocraticamente a Nação, afirmando que todos os portugueses merecem a sua, dele, atenção.

O discurso na primeira pessoa é igual ao espectáculo da primeira pessoa nesta celebração eleitoral e foi notavelmente analisado há dias por António Guerreiro no

semanário «Expresso». Só que Cavaco Silva o pronuncia em democracia plural enquanto que o ditador de Santa Comba o pronunciava em nome de um eufemismo designado por democracia orgânica. No dicionário das maldições políticas há certas palavras-chave que abrem as portas dos infernos mais inesperados.

Temos, pois, uma candidatura partidária que se configura em candidatura presidencial. O mesmo protagonismo individualizado, o mesmo egocentrismo imagético: aqui o partido é subsidiário do chefe, nada mais. E no entanto do que se trata é de escolher uma câmara de deputados, não um ministro-presidente.

Se o povo o eleger por maioria absoluta teremos uma ditadura que se exerce através do Parlamento com um discurso bem mais claro do que aquele que agora se anuncia.



A MOSCA

José Cardoso Pires